



PENGUIN



CLÁSSICOS

MARY WOLLSTONECRAFT

UMA VINDICAÇÃO  
DOS DIREITOS DA MULHER

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO	vii
Uma Vindicação dos Direitos da Mulher: Contendo Críticas de Temas Políticos e Morais	1
AO SR. TALLEYRAND-PÉRIGORD, BISPO RESIGNATÁRIO DE AUTUN	3
ADVERTÊNCIA	9
INTRODUÇÃO	11
I. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS E DEVERES DA HUMANIDADE	17
II. DISCUSSÃO DA OPINIÃO GERAL ACERCA DO CARÁTER DOS SEXOS	27
III. CONTINUAÇÃO DO MESMO TEMA	53
IV. OBSERVAÇÕES SOBRE A DEGRADAÇÃO A QUE É REDUZIDA A MULHER, POR VÁRIAS CAUSAS	71
V. CONDENAÇÃO DE ALGUNS ESCRITORES QUE FIZERAM DAS MULHERES OBJETOS DE LÁSTIMA, SENÃO MESMO DESPREZO	105
VI. O EFEITO SOBRE A FORMAÇÃO DO CARÁTER DE UMA ASSOCIAÇÃO PRECOCE DE IDEIAS	155

VII. A MODÉSTIA, CONSIDERADA NA GENERALIDADE, E NÃO COMO VIRTUDE SEXUAL	163
VIII. A MORAL DEBILITADA POR NOÇÕES SEXUAIS DA IMPORTÂNCIA DA BOA REPUTAÇÃO	177
IX. EFEITOS PERNICIOSOS DAS DISTINÇÕES ANTINATURAIS ESTABELECIDAS EM SOCIEDADE	191
X. O AFETO PARENTAL	205
XI. O DEVER FILIAL	209
XII. ACERCA DA EDUCAÇÃO NACIONAL	217
XIII. ALGUMAS INSTÂNCIAS DA INSENSATEZ GERADA PELA IGNORÂNCIA DAS MULHERES, COM REFLEXÕES FINAIS ACERCA DO DESENVOLVIMENTO MORAL NATURALMENTE EXPECTÁVEL COMO RESULTADO DE UMA REVOLUÇÃO DOS MODOS FEMININOS	247
NOTAS	271
POSFÁCIO «Mary Wollstonecraft», por Virginia Woolf ( <i>The Common Reader</i> , vol. II)	283

## INTRODUÇÃO

Mary Wollstonecraft (1759-1797) nasceu em Londres, a 17 de abril de 1759. Oriunda de uma família de classe média, teve uma trajetória de vida excepcional e fora dos padrões do seu tempo. Escreveu vários livros, sendo o mais importante *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher* (1792). Foi ativista dos direitos humanos das mulheres e pioneira dos estudos de gênero, numa época em que nascer mulher significava ser considerada inferior aos homens, não ter acesso ao conhecimento e ser educada para agradar ao sexo masculino, obedecer-lhes e investir na beleza física.

Na Europa vivia-se o Século das Luzes, que ofereceu um conjunto de instrumentos intelectuais à causa feminista, como as ideias de razão e do progresso, o desenvolvimento da personalidade, a utilidade social da educação, a liberdade e o postulado dos direitos iguais.

A história deste livro relaciona-se com a Revolução Francesa. Sabe-se que a autora se encontrava em Paris aquando da Tomada da Bastilha, em 1789, e que provavelmente terá conhecido Condorcet e Olympe de Gouges.

Em 1791, Olympe de Gouges reivindica a extensão da Declaração dos Direitos do Homem às mulheres e redige a *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*. Em 1792, Mary Wollstonecraft escreve *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher* como reação à desilusão que foi a Revolução Francesa em matéria de direitos políticos, de que as mulheres continuaram a ser excluídas pela Constituição francesa de 1791, que não as reconhecia

como cidadãs, concedendo cidadania apenas aos homens maiores de 25 anos. Assim, a leitura que agora introduzimos inicia-se com uma carta de Mary ao Senhor Talleyrand-Périgord, antigo bispo de Autun e político ativo durante a Revolução Francesa, afirmando, «Tendo lido com grande prazer um panfleto por vós recentemente publicado, dedico-vos este volume, a fim de vos persuadir a reconsiderar o assunto e ponderar sensatamente aquilo que proponho acerca dos direitos da mulher e da educação nacional [...], com efeito, os meus argumentos, Senhor, são ditados por um espírito desinteressado. É pelo meu sexo que advogo — não por mim». Por isso, neste forte e impressionante livro, Mary, motivada por um sentimento altruísta de «afeto por toda a raça humana», faz a sua pena «correr» para defender a plena humanidade e racionalidade das mulheres, sustentando que a sua «opinião acerca dos direitos e deveres da mulher parece fluir tão naturalmente destes simples princípios [os que dão substância à moralidade]» que pensa ser «quase inevitável que com ela coincidam algumas das mentes dotadas que deram forma à vossa admirável Constituição».

Mary escreve com a segurança de quem sabe que a desigualdade não tem qualquer sustentação intelectual e está historicamente condenada.

Neste livro, a autora assume um discurso poderoso, extremamente crítico dos costumes da época, que se percebe ser o fruto da sua observação da sociedade e da reflexão que fez sobre ela. Se hoje uma mulher intelectual feminista continua a ter de navegar contra a corrente, imagine-se no século XVIII a autoconfiança e a energia intelectual necessárias para defender o fim do compartimento estanque em que a sociedade colocava homens e mulheres e a redução do papel destas ao casamento e à procriação. Mais admirável é se pensarmos que Mary escreveu toda a sua obra antes dos 38 anos, idade em que, prematuramente, faleceu.

A autora baseia a sua teoria sobre os direitos das mulheres na *razão*, defendendo que estas, sendo uma parte da espécie humana, não podem ser tratadas como seres subordinados, que apenas

aspiram ao amor, mas como seres racionais, que reclamam respeito pelas suas aptidões e exigem participar no governo das sociedades.

As palavras da autora sobre a igualdade dos sexos são claras e firmes:

- «É preciso que se estabeleça mais igualdade na sociedade, ou a moralidade nunca se enraizará, e esta virtuosa igualdade não será firme, mesmo que assente em pedra, se metade da humanidade se encontrar agrilhoada ao fundo pelo destino, pois estarão constantemente a debilitá-la, seja por ignorância seja por orgulho.»;
- «Desejo sinceramente ver a distinção de sexos desmantelada na sociedade [...]. Pois sou da firme convicção de que esta distinção está na base da fraqueza de caráter que é atribuída à mulher [...].».

Mary dedica o seu livro *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher* à demonstração da igualdade entre homens e mulheres como seres racionais e à interpelação da mentalidade dos filósofos e escritores do seu tempo, entre eles Rousseau, cuja obra critica de forma demolidora, por defender a subordinação das mulheres e a diversidade de funções e tarefas atribuídas aos homens e às mulheres, por excluir as mulheres da educação e da política e ainda por legitimar os maus-tratos conjugais de que as mulheres eram vítimas.

Se pensarmos na divulgação de que a obra de Rousseau é alvo e no quase desconhecimento e invisibilidade da obra de Mary Wollstonecraft, confirmamos o eclipsar que a História operou das mulheres excecionais, cujo pensamento era muito adiantado para a sua época, e o exacerbado endeusamento de homens que defenderam o sistema patriarcal com argumentos que hoje consideramos absurdos e ridículos.

Mary foi também pioneira na defesa de uma educação igualitária entre meninos e meninas, também aqui criticando de forma

veemente Rousseau, que criou a figura fictícia de Sophie para explicar o estado de dependência natural das mulheres e a necessidade de receberem uma educação funcionalizada aos interesses dos homens. Segundo Rousseau, cujas palavras Mary cita, para depois as repudiar, «[...] a educação das mulheres deveria sempre ser relativa à dos homens. Agradar-nos, ser-nos úteis, fazer que as amemos e estimemos, educar-nos, em jovens, cuidar de nós em adultos, aconselhar-nos, consolar-nos, tornar as nossas vidas fáceis e agradáveis: são estes os deveres da mulher em todas as alturas e o que lhes devia ser ensinado desde a primeira infância».

Afirma a autora, pelo contrário, que «[...] para o aperfeiçoamento dos dois sexos, estes deviam, não só em família como nas escolas, ser educados juntos. Se o casamento é o cimento da sociedade, a humanidade deveria ser toda educada segundo o mesmo modelo, ou o convívio entre os sexos nunca merecerá o nome de companheirismo, nem as mulheres cumprirão os deveres próprios do seu sexo enquanto não se tornarem cidadãs esclarecidas (...), com a «possibilidade de ganhar o seu próprio sustento» de se tornarem «independentes dos homens».

Mary julga que a educação separada de rapazes e de raparigas perpetua a moral sexual dupla e hipócrita, que reprime as mulheres e permite tudo aos homens, entendendo que, «Se fosse permitido aos rapazes e às raparigas frequentar juntos os mesmos estudos, poderiam ser precocemente inculcadas as decências elegantes que produzem a modéstia, sem ser necessário recorrer às distinções sexuais que maculam a mente». A «modéstia», sinónimo de castidade ou pureza, é uma característica que na época se julgava inerente ao feminino porque era imposta às mulheres sob pena de exclusão social, não sendo exigida aos homens nem por eles cultivada. Também nestas considerações Mary Wollstonecraft é profundamente inovadora, pois, reconhecendo que a libertinagem sexual masculina, que designava por «galanteria», não era adequada à relação de igualdade entre os sexos, coloca a «modéstia»,

exigida pela sociedade apenas às mulheres, como uma referência para a educação dos homens e como uma qualidade humana a adquirir por estes.

No capítulo que dedica à modéstia ou castidade feminina, Mary mostra que esta qualidade não tem valor em si mesma, mas apenas se for universal e generalizada aos homens, afirmando que «[...] a modéstia das mulheres, assim caracterizada, não passará muitas vezes de um engenhoso véu de luxúria, em vez de ser um reflexo natural da pureza, até que a modéstia seja universalmente respeitada».

Mary Wollstonecraft vai muito além dos preconceitos da época, com os quais rompe de forma radical, desconstruindo os requisitos exigidos exclusivamente às mulheres sem qualquer equivalente no sexo masculino. Neste debate, critica a falta de castidade dos homens libertinos, que utilizam as mulheres como «bonecas», para seu prazer e diversão, propondo um padrão de relacionamento entre homens e mulheres em que intervenha não só a sensualidade mas também a amizade, a confiança, a estima e o amor. Esclarece a autora que esta relação afetiva só é possível num mundo em que haja igualdade entre homens e mulheres e em que a mulher não seja definida pelo seu aspeto físico, mas pela sua inteligência e espírito, qualidades que levariam o seu companheiro a nutrir por ela uma admiração intelectual. Defende que se deve estabelecer «um grau de igualdade entre os sexos de tal ordem que deixaria de fora a galanteria e a coqueteria, permitindo, porém, que a amizade e o amor temperassem o coração para o cumprimento de mais altos deveres». Desabafa: «Se os homens generosamente quebrassem os nossos grilhões, e se contentassem com uma parceria racional no lugar de uma obediência servil, veriam que seríamos filhas mais obedientes, irmãs mais carinhosas, esposas mais fiéis, mães mais razoáveis — numa palavra, melhores cidadãs.»

Das palavras de Mary sobre a castidade não se pode interpretar que ela defendesse a repressão sexual. A expressão «castidade»



ou «modéstia» refere-se a uma relação erótica entre homens e mulheres baseada na igualdade entre ambos, que retira aos homens o privilégio da «galanteria» e dá às mulheres a posição de sujeito, rejeitando a objetificação sexual das mulheres. Também aqui foi precursora dos movimentos feministas que atualmente lutam contra o assédio sexual e que desmontam o caráter inofensivo do «piropo», um resquício ainda vivo daquilo a que Mary chamava «galanteria» e que, na prática, mesmo que não contenha violência contra a mulher, continua a significar um símbolo da superioridade cultural masculina rejeitado pelo feminismo.

Mary privilegia, no seu discurso sobre os direitos e os deveres das mulheres, a maternidade, acreditando que, se as mulheres tiverem acesso ao conhecimento, poderão desempenhar as suas funções de educadoras com sabedoria e assim contribuir para reconstruir e melhorar a humanidade. Ainda assim, Mary não considera a educação dos filhos como o dever mais importante das mulheres. Neste livro, afirma que «o primeiro dever» das mulheres «é para consigo mesmas enquanto criaturas racionais, e o próximo, por ordem de importância, como cidadãs, é aquele (que inclui tantos outros) de mãe».

Penso que não se deve ver nesta análise essencialismo ou a defesa de uma natureza feminina, nem tão-pouco resquícios de patriarcado, pois, Mary, para além de defender o acesso das mulheres à educação e a todos os direitos civis e políticos, em igualdade com os homens, entende que aquelas devem aprender uma profissão para serem economicamente independentes dos maridos e propugna que todas as profissões e áreas do conhecimento, incluindo a arte, a ciência, a literatura e a política, estejam abertas às mulheres.

A necessidade de discussão da relação entre feminismo e maternidade continua presente ainda hoje, em sociedades em que se constata que, num contexto legal de igualdade de direitos e deveres entre os pais, são as mulheres a desempenhar a grande fatia das tarefas do cuidado de crianças e a sofrer o prejuízo económico

inerente (discriminação salarial e emprego). A partilha dos cuidados com os pais-homens é ainda residual, e a cooperação do Estado incompleta e pouco eficiente, desde logo por não existir uma rede de creches públicas. Não existe também uma política social de apoio às famílias monoparentais, maioritariamente femininas, que tendem a ser o principal grupo afetado pela pobreza. As mães, vítimas de violência doméstica que, após o divórcio ou a separação, procuram proteger os filhos de um pai agressor, são penalizadas nas decisões de guarda proferidas pelos tribunais de família, tal como reconhecem as Nações Unidas, o Conselho da Europa e o Parlamento Europeu. Todos estes problemas, que o feminismo de hoje tem para resolver, não podem ser tratados à luz de dogmas ou ideologias, mas de um feminismo pragmático que adapta o seu discurso a novas circunstâncias.

Mary Wollstonecraft surpreende ainda, nas suas palavras sobre a educação das crianças, por rejeitar a aplicação de castigos e a obediência cega à autoridade, podendo considerar-se o seu discurso precursor dos direitos de participação das crianças. Fala também sobre os jovens e defende uma educação baseada na experiência de vida e não na imposição de dogmas ou na adesão a cartilhas previamente elaboradas pelos pais ou educadores, por melhores que estas fossem.

Mary entendia que os modelos educativos da época se baseavam em preconceitos e impediam os jovens, em particular as mulheres, dos voos criativos necessários à arte, à literatura ou à filosofia. Defende, de forma ainda hoje inovadora, que a educação para a obediência reduz a capacidade intelectual e a criatividade dos/das jovens, qualidades que só têm condições para se desenvolver plenamente em contextos em que os/as jovens possam ser livres e descobrir a vida por si mesmos. Afirma, «A juventude deve agir, pois, se tivesse a experiência dos cabelos grisalhos, estaria mais preparada para a morte do que para a vida». Apela aos/às jovens para que vivam no mundo como um espectador que se comove, para que se misturem na multidão e para que alcancem

o conhecimento dos outros ao mesmo tempo que se vão conhecendo a si mesmos/as, ainda que esse conhecimento só possa ser alcançado com «esforço e sofrimento».

O seu discurso emancipatório tem por referência as mulheres da burguesia, que critica por não amamentarem os filhos e os entregarem a amas até à idade escolar e assim se dedicarem aos «caprichos de indumentária» e à «coqueteria», sem desenvolver gosto pela literatura, pela arte ou pela ciência, preterindo o espírito em favor do aspeto físico. Mas denuncia que este comportamento é produzido pela «tirania do homem» e pela opressão cívica e política das mulheres, que as impede de amar a humanidade e de pensarem na felicidade geral. Propõe, pois, uma educação igualitária entre homens e mulheres, que permita uma revolução dos «modos femininos» e contribua para a melhoria da humanidade. Mary acredita firmemente que as mulheres mudarão de carácter «quando lhes for permitido serem livres, num sentido físico, moral e civil».

Apesar de o livro *Uma Vindicação dos Direitos das Mulheres* poder ser criticado por estar longe dos feminismos interseccionais que cruzam o género com a raça e outros fatores de discriminação, como a etnia, a nacionalidade, a religião, a orientação sexual e a identidade de género, a deficiência, a classe social ou a idade, Mary não reduz as suas reflexões e propostas às mulheres da burguesia. Defende o ensino primário público gratuito para todas as crianças e a instrução das mulheres de todas as classes sociais para o exercício de uma profissão. Contempla na sua obra as necessidades e os direitos das mulheres pobres, rejeita uma sociedade baseada na propriedade, na hierarquia e nos títulos hereditários (outras «distingões antinaturais estabelecidas em sociedade») e critica o sistema político britânico por «multiplicar dependentes» e «inventar impostos que oprimem os pobres para apaparicar os ricos».

A sua obra preparou o feminismo do século XIX, fornecendo as bases teóricas para a luta que veio a ser travada pelo direito de voto das mulheres, pelo direito de participação política, pela

igualdade do estatuto jurídico da mulher casada em relação ao marido, pelo acesso das mulheres à educação e pela sua autonomia jurídica e económica. Mary foi também precursora do feminismo que se baseia na diferença e na especificidade das mulheres, propondo uma igualdade que coloca a mulher como a referência do humano e fornecendo uma alternativa à lógica masculina e ao androcentrismo.

No livro *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher*, Mary declara-se contra o poder assente em preconceitos, deixando claro que defende a igualdade entre todos os seres humanos, e, por isso, afirma com veemência: «Não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas.»

*Maria Clara Sottomayor*  
*Porto, 30 de março de 2023*

Uma Vindicação dos Direitos da Mulher:  
Contendo Críticas de Temas Políticos  
e Morais

AO SR. TALLEYRAND-PÉRIGORD,  
BISPO RESIGNATÁRIO DE AUTUN<sup>1</sup>

Senhor,

Tendo lido com grande prazer um panfleto por vós recentemente publicado, dedico-vos este volume, a fim de vos persuadir a reconsiderar o assunto e ponderar sensatamente aquilo que proponho acerca dos direitos da mulher e da educação nacional. É com o tom firme da humanidade que vos faço esta invocação; com efeito, os meus argumentos, Senhor, são ditados por um espírito desinteressado. É pelo meu sexo que advogo — não por mim. Há muito que considero a independência como a maior bênção da vida, a base de todas as virtudes — e hei de assegurar essa independência restringindo as minhas necessidades, mesmo tendo de viver na mais abjeta pobreza.

É, portanto, um afeto por toda a raça humana que faz correr a minha pena em apoio do que acredito ser a causa da virtude; e o mesmo motivo me leva a desejar ardentemente ver a mulher ocupar uma posição em que possa fazer avançar, e não recuar, o progresso dos gloriosos princípios que dão corpo à moralidade. Na verdade, a minha opinião acerca dos direitos e deveres da mulher parece fluir tão naturalmente destes simples princípios que se me afigura quase inevitável que com ela coincidam algumas das mentes dotadas que deram forma à vossa admirável Constituição.

Há, sem dúvida, uma mais ampla difusão do conhecimento em França do que em qualquer outra parte do mundo europeu,

e atribuo-o, em grande medida, ao contacto social que há muito subsiste entre os sexos. É certo, e é com franqueza que o digo, que em França a essência da sensualidade tem sido extraída para regalar voluptuosos e tem prevalecido uma espécie de luxúria sentimental que, em conjunto com um sistema de duplicidade transmitido por todo o seu governo civil e político, confere ao caráter francês uma espécie de sinistra sagacidade, a que corretamente se chama *finesse*; desta decorre naturalmente uma delicadeza de modos que fere a substância, expulsando a sinceridade da sociedade. E a modéstia, a mais bela forma da virtude!, tem sido mais rudemente insultada em França do que em Inglaterra, chegando as suas mulheres a tratar como *pudica* a atenção à decência que nem aos animais falta.

Os modos e a moral são tão próximos que são muitas vezes confundidos; mas, embora os modos devam apenas ser o natural reflexo da moral, quando causas várias produzem modos falsos e corruptos (e que são adotados muito cedo), a moral torna-se uma palavra vazia. O decoro pessoal e o sagrado respeito pela higiene e delicadeza na vida doméstica, que as mulheres francesas quase desprezam, são os graciosos pilares da modéstia. Mas se, longe de os desprezar, a chama pura do patriotismo inflamar os seus corações, deverão esforçar-se por elevar a moral dos seus concidadãos, ensinando os homens a não só respeitar a modéstia nas mulheres mas a adquiri-la para si mesmos, como a única forma de conquistar o afeto daquelas.

Advogando os direitos da mulher, o meu principal argumento assenta neste simples princípio: se não for preparada, pela educação, para ser companheira do homem, a mulher irá travar o progresso do conhecimento e da virtude, pois a verdade deve ser comum a todos, ou será ineficaz a sua influência na prática corrente. E como se pode esperar que a mulher colabore, a não ser que saiba por que motivo deve ser virtuosa? A menos que a liberdade lhe fortaleça a razão até que ela compreenda o seu dever e veja como ele está ligado ao seu verdadeiro bem? De modo que as crianças sejam educadas para compreenderem o verdadeiro

princípio do patriotismo, a sua mãe terá de ser patriota; e o amor pela humanidade, do qual advém um decurso ordenado de virtudes, só pode surgir da consideração dos interesses morais e civis da humanidade. Mas a educação e a situação da mulher, no presente, vedam-lhe tais investigações.

Nesta obra apresentei muitos argumentos, para mim conclusivos, com o fim de demonstrar que a noção corrente sobre o carácter sexual é subversiva da moralidade, e defendo que, para tornar o corpo e a mente humanos mais perfeitos, a castidade deve ser mais universal e que a castidade nunca será respeitada no mundo masculino enquanto a beleza da mulher não for idolatrada, por assim dizer, quando pouca virtude ou sensatez a adornam com os admiráveis traços da beleza mental ou com a interessante simplicidade do afeto.

Considerai, Senhor, estas observações com imparcialidade — pois pareceu abrir-se-vos um vislumbre desta verdade quando observastes «que ver metade da raça humana excluída pela outra de toda e qualquer participação no governo era um fenómeno político impossível de explicar por princípios abstratos». Se assim for, em que se baseia a vossa Constituição? Se os direitos abstratos do homem se dão à discussão e à explicação, os da mulher, por paridade de razão, não se irão retrair do mesmo teste. Mesmo que prevaleça neste país uma opinião diferente, com base nos mesmos argumentos que usais para justificar a opressão da mulher — a autoridade.

Considerai, e dirijo-me a vós enquanto legislador, se, quando os homens se batem pela sua liberdade e pelo direito de julgarem por si mesmos acerca da sua felicidade, não será inconsistente e injusto subjugar as mulheres, mesmo que acrediteis firmemente estar a agir do modo que melhor promova a felicidade delas? Quem fez do homem juiz exclusivo, se a mulher com ele partilha o dom da razão?

Assim argumentam os tiranos de toda a espécie, desde o fraco rei ao fraco pai de família. Todos se apressam a esmagar



a razão e afirmam sempre estar a usurpar o trono daquela para serem úteis. Não estareis a agir de forma semelhante quando forçais *todas* as mulheres, negando-lhes direitos civis e políticos, a viver emparedadas nas suas famílias, tateando na escuridão? Pois certamente, Senhor, não ireis afirmar que um dever possa ser vinculativo se não for fundado na razão? Se for esse o seu destino, os argumentos podem ser derivados da razão: e com este augusto suporte, quanto mais entendimento adquirirem as mulheres, mais vinculadas estarão ao seu dever — compreendendo-o —, pois, se o não compreenderem, a não ser que a sua moral se fixe no mesmo princípio imutável que a do homem, nenhuma autoridade as conseguirá obrigar a cumpri-lo de forma virtuosa. Poderão ser escravas convenientes, mas a escravatura terá o seu efeito de sempre, de degradar o mestre e o abjeto servidor.

Mas se as mulheres forem excluídas, sem qualquer voz, de participar nos direitos naturais da humanidade, provai primeiro, para refutar a acusação de injustiça e inconsistência, que lhes falta a razão — ou esta falha na VOSSA NOVA CONSTITUIÇÃO irá sempre demonstrar que o homem está obrigado, de algum modo, a agir como um tirano, e a tirania, seja em que parte for da sociedade que levante o seu irreverente rosto, arruinará sempre a moralidade.

Afirmei repetidamente, e apresentei aquilo que me parecem ser argumentos irrefutáveis, assentes em factos, para provar as minhas afirmações, que as mulheres não podem ser confinadas por força ao trabalho doméstico; pois irão sempre, por mais ignorantes que sejam, envolver-se em temas mais sérios, negligenciando os deveres privados para perturbar, com os seus astuciosos truques, os planos ordenados da razão que ultrapassam a sua compreensão.

Além disso, enquanto as mulheres forem levadas apenas a adquirir habilidades pessoais, os homens procurarão prazer na variedade, e maridos infiéis produzirão mulheres infiéis. Estas criaturas ignorantes terão certamente desculpa se, não tendo sido ensinadas a respeitar o bem público, nem dotadas de quaisquer direitos civis, tentarem fazer justiça através da retaliação.

Estando aberta esta caixa de Pandora em sociedade, o que irá preservar a virtude privada, única garantia da liberdade pública e da felicidade universal?

Que não seja, então, estabelecida qualquer coerção em sociedade e, prevalecendo a lei da gravidade, os sexos encaixarão nos devidos lugares. E agora que leis mais equitativas os vossos cidadãos estão a formar, o casamento poderá tornar-se mais sagrado: os vossos jovens poderão escolher esposas impelidos pelo afeto, e as vossas jovens permitir que o amor conquiste a vaidade.

O pai de família não irá, então, atentar contra a sua constituição e degradar os seus sentimentos visitando o bordel nem esquecerá, ao obedecer ao apelo do desejo, o fim com que este foi nele implantado. E a mãe não irá negligenciar o cuidado dos filhos em favor da arte da sedução, se a sensatez e a modéstia lhe garantirem a amizade do marido.

Mas enquanto os homens não se tornarem mais atentos aos deveres da paternidade, é inútil esperar que as mulheres dediquem ao cuidado dos filhos o tempo que, «mais sagazes que os filhos da luz»<sup>2</sup>, escolhem passar ao espelho; pois esta prática de astúcia não passa de um instinto natural para lhes permitir obter indiretamente um pouco daquele poder de que, de forma tão injusta, lhes é negada a sua parte: pois, se não for permitido às mulheres o gozo de direitos legítimos, irão tornar-se a si mesmas, e aos homens, criaturas viciosas, de modo a obter privilégios ilícitos.

Desejo, Senhor, que investigações desta natureza sejam empreendidas em França; se resultarem na confirmação dos meus princípios, na revisão da vossa Constituição os Direitos da Mulher serão respeitados, caso se prove conclusivamente que a razão o exige e que clama vigorosamente por JUSTIÇA para metade da raça humana.

Subscrevo-me, SENHOR,  
Respeitosamente,  
M.W.

## ADVERTÊNCIA

Quando comecei a escrever esta obra, dividi-a em três partes, supondo que um volume conteria uma discussão completa dos argumentos que me pareciam decorrer naturalmente de alguns princípios simples; mas, tendo surgido novas ilustrações enquanto escrevia, apresento agora a público apenas a primeira parte.

Muitos dos assuntos a que faço breves alusões pedem, contudo, uma investigação mais aprofundada, especialmente as leis relativas às mulheres e a consideração dos seus deveres particulares. Estes assuntos darão amplo material de reflexão para um segundo volume<sup>3</sup>, a publicar atempadamente, com o fim de elucidar alguns dos sentimentos e completar muitos dos esquemas começados no primeiro.

## INTRODUÇÃO

Tendo considerado as páginas da História e observado com ansiosa solicitude o mundo da experiência, a mais melancólica emoção de pesada indignação deprimiu o meu espírito, e é com um suspiro que me vejo obrigada a confessar que ou a natureza criou uma grande diferença entre o homem e a mulher ou a civilização até agora existente no mundo tem sido muito injusta. Li atentamente vários livros escritos acerca da educação e observei pacientemente a conduta dos pais e a gestão das escolas. E qual foi o resultado? Uma profunda convicção de que a negligência da educação das criaturas minhas irmãs é a maior causa da miséria que tanto deploro; e que as mulheres, em particular, são enfraquecidas e desgraçadas por uma variedade de causas em conjunto, com origem em uma só precipitada conclusão. A conduta e os modos das mulheres provam, de forma evidente, que as suas mentes não estão sãs, pois, tal como as flores plantadas num solo demasiado fértil, a sua força e utilidade são sacrificadas à beleza; e a ostensiva folhagem, depois de terem agradado a um rigoroso olhar, esmorece, desprezada no caule, muito antes de chegada a estação da sua maturidade. Uma causa desta floração estéril, atribuo-a a um falso sistema educativo, edificado com base em livros escritos por homens que, considerando as fêmeas como mulheres mais do que criaturas humanas, se preocuparam mais em fazer delas amantes apetecíveis do que esposas carinhosas e mães racionais; e a compreensão deste sexo tem sido de tal modo turvada por esta falaciosa homenagem que as mulheres civilizadas deste século,

salvo escassas exceções, não desejam mais do que inspirar amor, quando deveriam cultivar uma ambição mais nobre, e, pelas suas competências e virtudes, impor respeito.

Deste modo, num tratado sobre direitos e modos femininos, os livros escritos tendo particularmente em vista o desenvolvimento das mulheres não devem ser postos de parte. Sobretudo quando afirmam diretamente que as mentes das mulheres são enfraquecidas pelo falso primor; que os livros de instrução escritos por homens de gênio têm seguido a mesma tendência que as produções mais frívolas; e que, ao estilo do mais autêntico maometismo, são tratadas como uma sorte de seres subordinados, e não como parte da espécie humana, quando se concede que a razão, passível de ser aperfeiçoada, é a digna distinção que eleva o homem acima das brutas criaturas, depositando numa frágil mão um cetro natural.

E contudo, por ser mulher, não quero que os meus leitores suponham que tenciono agitar violentamente a disputada questão da igualdade ou inferioridade do meu sexo; mas, como o tema se encontra no meu caminho, e não posso passar por ele sem sujeitar a engano o principal do meu raciocínio, farei uma pausa para dar, em poucas palavras, a minha opinião. No governo do mundo físico, observamos que a fêmea é, no que diz respeito à força, geralmente inferior ao macho. Essa é a lei da natureza, e não parece ser suspensa ou revogada em favor da mulher. Não se pode, portanto, negar um grau de superioridade física — e é uma nobre prerrogativa! Contudo, não satisfeitos com esta preeminência natural, os homens esforçam-se por nos degradar mais ainda, para fazer de nós meros objetos de efêmera atração; e as mulheres, intoxicadas pela adoração que os homens, sob influência dos seus sentidos, lhes conferem, não procuram obter o interesse constante dos seus corações ou tornar-se amigas destas criaturas suas iguais, que tanto se comprazem na sua companhia.

Apercebo-me de uma inferência evidente: de todos os lados ouço reclamar contra as mulheres masculinas. Mas onde se encontram

elas? Se é intenção dos homens protestar, com esta designação, contra o ardor delas pela caça, pelo jogo e pelas armas, de bom grado me juntarei a esse protesto. Mas, se for contra a imitação de virtudes masculinas ou, para ser mais precisa, contra a posse desses talentos e virtudes cujo exercício dignifica o caráter humano e eleva as fêmeas na escala dos seres animais, sendo então englobadas na designação mais ampla de humanidade — então qualquer pessoa que observe o assunto com um olhar filosófico deverá desejar comigo que as mulheres se tornem cada vez mais masculinas.

Esta discussão divide naturalmente o tema. Começarei por considerar as mulheres à nobre luz de criaturas humanas que, junto com os homens, foram postas nesta terra para desenvolver as suas faculdades; e, em seguida, irei destacar em maior detalhe a sua particular designação.

Quero evitar o erro cometido por muitos respeitáveis escritores, pois a instrução até agora dada às mulheres tem sido dirigida a *senhoras*, com exceção dos escassos conselhos indiretos dispersos por Sanford e Merton<sup>4</sup>; mas, dirigindo-me num tom mais firme ao meu sexo, presto particular atenção às mulheres de estatuto social mediano, pois parecem existir no mais natural dos estados. É possível que as sementes da falsidade, da imoralidade e da vaidade tenham sido desde sempre espalhadas por aqueles que ocupam as mais elevadas posições sociais. Seres fracos e artificiais, elevados, de modo prematuro e antinatural, acima dos desejos e afetos comuns da sua raça, corrompem os alicerces mesmos da virtude e espalham por todo o tecido social a corrupção! Enquanto classe humana, são os que mais dó merecem; a educação dos ricos tende a torná-los arrogantes e desamparados, e as suas mentes em desenvolvimento não são fortalecidas pela prática dos deveres que dignificam o caráter humano. Não vivem senão para se divertir, e pela mesma lei que, na natureza, produz inevitavelmente certos efeitos, ficam rapidamente limitados a estéreis divertimentos.

Mas, como me proponho observar separadamente as diferentes classes da sociedade, e o caráter moral das mulheres de cada

uma, esta insinuação, por enquanto, bastará; e não fiz mais do que uma alusão ao assunto por me parecer ser da essência de uma introdução fazer um breve relato do conteúdo da obra introduzida.

Espero que o meu próprio sexo me perdoe por me dirigir a elas como criaturas racionais, em vez de elogiar as suas *fascinantes* graças e de as tratar como se se encontrassem num estado de infância perpétua, incapazes de existir por si só. Desejo ardentemente apontar em que consiste a verdadeira dignidade e felicidade humanas — desejo persuadir as mulheres a esforçar-se por adquirir força, tanto mental como física, e convencê-las de que palavras delicadas, corações suscetíveis, sentimentos delicados e gostos refinados são quase sinónimos de epítetos de fraqueza, e que os seres que mais não sejam que objetos da comiseração e daquele amor a que se chamou irmão desse sentimento se tornam rapidamente objetos de desprezo.

Dispensando, então, aquelas bonitas frases femininas que os homens tão condescendentemente usam para suavizar a nossa servil dependência, e desprezando a fraca elegância da mente, a sensibilidade refinada e a doce brandura de modos que são as características sexuais atribuídas à mais fraca criatura, desejo demonstrar que a elegância é inferior à virtude, que o primeiro dos objetos de admirável ambição é a obtenção de um caráter enquanto ser humano, independentemente da distinção de sexo, e que os pontos de vista acessórios devem ser submetidos a este simples crivo.

Este é um esboço do meu plano, e se exprimir a minha convicção com as vivas emoções que sinto sempre que pondero o assunto, alguns dos meus leitores não deixarão de sentir os ditames da experiência e da reflexão. Animada por este objeto tão importante, recusar-me-ei a apurar as minhas frases ou a polir o meu estilo. O meu propósito é a utilidade, e a sinceridade irá barrar-me a afetação; pois, desejando persuadir pela força dos meus argumentos mais do que encantar pela elegância da minha

linguagem, não gastarei tempo a esculpir frases ou a fabricar a túrgida pompa do sensacionalismo, que, oriundo da cabeça, nunca chega ao coração. Ocupar-me-ei de coisas, e não de palavras! E, ansiosa por fazer dos elementos do meu sexo membros mais respeitáveis da sociedade, tentarei evitar a dicção floreada que passou do ensaio para o romance, e do romance para a correspondência e para a conversação correntes.

Estes bonitos superlativos que escorrem, loquazes, da língua viciam o gosto e criam uma espécie de delicadeza dolente que volta as costas à verdade simples e crua; e uma enchente de falsos sentimentos e emoções exacerbadas, asfixiando as impressões naturais do coração, torna insípido o prazer doméstico que devia adoçar o exercício daqueles severos deveres que educam o ser racional e imortal para um campo de ação mais nobre.

A educação das mulheres tem recebido, recentemente, mais atenção do que outrora; contudo, elas são ainda consideradas um sexo frívolo e ridicularizadas ou lamentadas pelos escritores, que, seja através da sátira ou da instrução, as tentam aperfeiçoar. É sabido que passam muitos dos seus primeiros anos de vida a acumular escassas habilidades; entretanto, a sua força física e moral é sacrificada às noções libertinas de beleza e ao desejo de se estabelecerem — sendo a única forma que a mulher tem ao seu alcance de progredir no mundo — através do casamento. E, sendo que este desejo faz delas meros animais, quando se casam comportam-se como seria de esperar que tais crianças se comportassem: adornam-se com roupa e pintura e dão alcunhas às criaturinhas de Deus<sup>5</sup>. Sem dúvida que tão fracas criaturas não são dignas de mais do que um serralho! Poderá esperar-se delas que governem uma família com discernimento ou que consigam sequer cuidar das pobres crianças que trazem ao mundo?

Se pudermos, então, deduzir da presente conduta deste sexo e do seu gosto vigente pelo prazer (que toma o lugar da ambição e das paixões mais nobres que trazem à alma abertura e amplitude) que a instrução que as mulheres até agora receberam serviu apenas,



em conjunto com a constituição da sociedade civil, para fazer delas insignificantes objetos de desejo — meras propagadoras de tolos! E, se pudermos provar que, ao tentar levar as mulheres a conquistar as suas habilidades sem cultivar a razão, elas são retiradas da sua esfera de deveres e tornadas ridículas e inúteis quando o fulgor da beleza se desvanece<sup>6</sup>, suponho que os homens racionais me perdoarão se as tentar persuadir a tornar-se mais masculinas a respeitáveis.

O certo é que a palavra «masculina» não passa de um papão; há pouco motivo para temer que as mulheres adquiram demasiada coragem ou determinação, pois a sua aparente inferioridade, em termos de força física, torna-as, seja de que modo for, dependentes dos homens nas várias relações da vida. Mas porque haveria esta dependência de ser agravada por preconceitos que atribuem um sexo à virtude e disfarçam simples verdades com devaneios sensuais?

De facto, as mulheres são de tal modo degradadas com falsas noções da excelência feminina que não é com a intenção de criar um paradoxo que afirmo que esta fraqueza artificial resulta numa propensão para a tirania e dá azo ao hábito da astúcia, a inimiga natural da força, o que leva as mulheres a jogar com aqueles desprezíveis trejeitos infantis que aviltam a estima mesmo enquanto estimulam o desejo. Que os homens se tornem mais castos e modestos; e, se as mulheres se não tornarem em igual proporção mais sensatas, ficará então claro que são mais fracas de razão. Nem deveria ser necessário acrescentar que estou a falar do sexo em geral. Muitas são as mulheres individuais que possuem mais bom senso do que os seus parentes homens; e como, onde quer que exista uma luta por equilíbrio, nada prepondera sem que possua mais gravidade, algumas mulheres governam os maridos sem se degradarem, pois será sempre o intelecto a governar.

# I

## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DIREITOS E DEVERES DA HUMANIDADE

No estado em que se encontra a sociedade, parece necessário regressar aos princípios basilares em busca das verdades mais simples e a cada passo disputar preconceitos arraigados. Para que possa avançar, terei de fazer algumas perguntas elementares, e as respostas serão possivelmente tão inequívocas quanto os axiomas em que assenta a razão — embora, depois de imiscuídos nos diversos motivos da ação, possam ser formalmente contraditos, quer pelas palavras quer pela conduta dos homens.

Em que consiste a primazia do homem sobre as criaturas animais? A resposta é tão clara como uma metade ser menor que um todo: na Razão.

Que conquista exalta um ser acima de outro? A virtude, respondemos espontaneamente.

Com que propósito foram implantadas as paixões? Para que, debatendo-se com elas, o homem possa atingir um grau de conhecimento negado aos animais, sussurra a Experiência.

Consequentemente, a perfeição da nossa natureza e a nossa capacidade de felicidade devem ser estimadas segundo o grau de razão, virtude e conhecimento que distingue cada pessoa e dirige as leis que regem a sociedade; e é igualmente inegável, se considerarmos a humanidade no seu todo, que o conhecimento e a virtude decorrem naturalmente do exercício da razão.

Considerando os direitos e deveres do homem nesta perspectiva tão simples, parece quase impertinente tentar ilustrar verdades visivelmente tão inquestionáveis. Mas estão tão profundamente enraizados os preconceitos que toldam a razão, e são tão falsas as qualidades que ostentam o nome de virtudes que é necessário seguir o trilho da razão, que tão confundida e envolvida foi em erro, devido a várias circunstâncias acidentais, comparando o axioma simples com os desvios casuísticos.

Os homens parecem, na generalidade, usar a razão para justificar preconceitos que interiorizaram, mal sabem como, em vez de os tentar expurgar. A mente que forma os seus próprios princípios precisa de ser bem forte, pois prevalece uma espécie de cobardia intelectual que leva muitos homens a fugir da tarefa ou a deixá-la pela metade. Mas mesmo as conclusões imperfeitas atingidas deste modo podem ser muito plausíveis, pois assentam na experiência parcial e em perspectivas justas, ainda que limitadas.

Quando regredimos aos primeiros princípios, vemos que o vício, com toda a sua deformação natural, foge, amedrontado, do escrutínio. Contudo, um conjunto de superficiais pensadores exclama insistentemente que estes argumentos revelam demasiado e que seria mais conveniente usar uma medida corrupta. Deste modo, a conveniência está em constante contraste com os princípios simples, até que a verdade se perde numa névoa de palavras, a virtude se evola em formas, e o conhecimento é reduzido, pelos falaciosos preconceitos que lhe tomam o nome, a um eco vazio.

Parece de tal modo evidente a todos os seres pensantes, pelo menos em termos abstratos, que a sociedade é formada com a maior sagesa possível e que a sua constituição tem por base a natureza do homem que chega a parecer presunçoso tentar prová-lo. Mas é preciso prová-lo, caso contrário a força da autoridade nunca se deixará afetar pela razão; e recorrer à autoridade como argumento para privar o homem (ou a mulher) dos seus direitos naturais é um dos sofismas absurdos que a cada dia insultam o bom senso.

A civilização da maior parte dos povos da Europa é muito facciosa. Podemos, na verdade, perguntar se adquiriram, a custo da inocência, quaisquer virtudes que compensem a infelicidade produzida pelos vícios com os quais disfarçam a fealdade da ignorância e a perda da liberdade, que trocaram pela esplêndida escravidão. O desejo de deslumbrar com riquezas (que é a forma mais certa de obter preeminência), o prazer de dispor de bajuladores e muitas outras instâncias degradantes e complexas de um excessivo amor-próprio<sup>7</sup> têm assoberbado a maior parte da humanidade e feito da liberdade um conveniente instrumento do falso patriotismo. Pois enquanto é dada a maior das importâncias à posição social e aos títulos (perante os quais o Génio se vê obrigado a «esconder a sua miúda fronte»<sup>8</sup>), considera-se, com escassas exceções, um grande infortúnio para uma nação que um homem de habilidade, sem um elevado estatuto social ou propriedade, avance e conquiste notoriedade. Quão ignota desgraça não sofreram milhares para que um solidéu de cardeal fosse conquistado por um qualquer obscuro intriguista ávido por conviver com príncipes ou até dominá-los, tomando a coroa papal!

Tal tem sido a miséria resultante da hereditariedade de honras e riquezas, assim como da monarquia, que os homens de mais apurada sensibilidade têm quase recorrido à blasfémia para justificar as concessões da providência. O homem tem sido visto como independente do poder que o criou ou como um planeta sem lei que foge à própria órbita para roubar a chama celeste da razão; e a vingança dos céus, escondida nesta subtil chama, como os males cativos de Pandora, foi castigo suficiente para a sua temeridade, tendo trazido o mal ao mundo.

Impressionado por esta visão da miséria e desordem que saturam a sociedade e cansado do confronto com tolos pretensiosos, Rousseau apaixonou-se pela solidão e, sendo ao mesmo tempo um otimista, esforça-se com invulgar eloquência para provar que o homem é por natureza um animal solitário. Iludido pelo respeito que sente pela bondade de Deus, que certamente (pois que

homem de bom senso e sensibilidade poderia duvidar disso?) criou a vida com o fim de comunicar a felicidade, considera o mal positivo, uma obra do homem — sem se aperceber de que está a exaltar um atributo às custas de outro, igualmente necessário à perfeição divina.

Erigidos sobre uma hipótese falsa, os seus argumentos a favor de um estado natural são plausíveis, mas fracos. Digo que são fracos porque afirmar que um estado natural é preferível à civilização, em toda a sua potencial perfeição, equivalendo, na verdade, a constituir uma acusação contra a sabedoria suprema. E a paradoxal afirmação de que Deus fez bem todas as coisas, sendo o erro introduzido pela criatura a que Ele deu forma, sabendo o que fazia, é tão antifilosófica como ímpia.

Quando o sábio Ser que nos criou e colocou na Terra viu a bela ideia, desejou, ao permitir que acontecesse, que as paixões servissem para ajudar o desabrochar da razão, pois entendeu que o mal presente poderia resultar num bem futuro. Poderia a indefesa criatura que Ele criou a partir do nada libertar-se da Sua providência e ousadamente aprender a conhecer o bem praticando o mal, sem Sua permissão? Não. Como pode aquele enérgico defensor da imortalidade argumentar com tamanha inconsistência? Se a humanidade tivesse permanecido para sempre no estado bruto da natureza (coisa que nem a sua mágica pena poderia retratar como sendo um estado em que uma só virtude tenha despontado), ter-se-ia tornado claro — embora não se tenha tornado claro para este caminhante sensível mas irrefletido — que o homem nasceu para percorrer todo o ciclo da vida e da morte e adornar o jardim de Deus com alguma finalidade que não pode facilmente ser conciliada com os seus atributos.

Mas se, para coroar o todo, tivessem sido produzidas criaturas racionais e sido permitido que se elevassem em excelência pelo exercício de poderes nelas implantados para esse fim; se à própria benignidade aprouve fazer existir uma criatura acima da animalidade<sup>9</sup>, que pudesse pensar e elevar-se, porque haveria

de chamar-se, nos mais diretos termos, a esse dom inestimável (e de um dom se trata, se o homem foi criado de modo a ter a capacidade de se erguer acima de um estado em que a sensação produz um brutal conforto) uma maldição? De uma maldição se poderia tratar, se toda a nossa existência fosse vinculada à permanência neste mundo; pois porque haveria a graciosa fonte da vida de nos dar paixões, e o poder da reflexão, apenas para amargar os nossos dias e inspirar-nos com ilusões de dignidade? Porque haveria ela de nos afastar do amor-próprio, na direção das sublimes emoções que excita a descoberta da Sua sabedoria e da Sua bondade, se estes sentimentos não fossem despertados com a finalidade de melhorar a nossa natureza, da qual fazem parte<sup>10</sup> e de nos tornar capazes de desfrutar de uma mais divina porção de felicidade? Sendo da firme convicção de que não existe no mundo nenhum mal que Deus não tenha destinado a que tivesse lugar, assento a minha fé na perfeição de Deus.

Rousseau esforça-se por demonstrar que tudo *estava* bem, na origem; uma multidão de autores esforça-se por demonstrar que tudo *está*, agora, bem; e eu, que tudo *irá estar* bem.

Mas, permanecendo fiel à sua posição original, próxima de um estado de natureza, Rousseau celebra a barbárie e, apostrofando a sombra de Fabrício, esquece que, na conquista do mundo, os romanos nunca sonharam estabelecer a sua própria liberdade numa base firme, ou ampliar o reino da virtude. Ávido de apoiar o seu sistema, atribui a todos os esforços do gênio o estigma do vício; e, exaltando as virtudes selvagens, glorifica como semideuses seres quase desumanos: os brutais espartanos, que, desafiando a justiça e a gratidão, sacrificavam a sangue-frio os escravos que tinham demonstrado o seu heroísmo, salvando os seus próprios opressores.

A aversão pelos falsos modos e virtudes levou o cidadão de Genebra<sup>11</sup> a, em vez de peneirar devidamente o tema, deitar fora o trigo com o joio, sem antes inquirir se os males a que a sua ardente alma voltava as costas, indignada, seriam consequência

da civilização ou vestígios de barbárie. Viu o vício pisar a virtude e a imitação da bondade tomar o lugar da realidade; viu talentos aplicados pelo poder a fins sinistros, e nunca lhe ocorreu atribuir a gigantesca maldade ao poder arbitrário ou às distinções hereditárias que tanto contrastam com a superioridade mental que eleva naturalmente o homem acima dos seus semelhantes. Não percebeu como o poder da realeza enxerta, em poucas gerações, a idiotice no mais nobre ramo e dispõe iscos para cultivar em milhares de almas o ócio e o vício.

Nada pode apresentar o caráter da realeza a uma luz mais desprezível do que os vários crimes que permitiram elevar os homens a esta suprema dignidade. Vis intrigas, ofensas contra-natura e todos os vícios que degradam a nossa natureza têm sido os degraus para chegar a esta distinta eminência; mas milhares de homens têm passivamente permitido que os débeis membros da posteridade de tais rapaces predadores repousem tranquilamente nos seus tronos de sangue<sup>12</sup>.

Que mais senão um pestilento vapor poderá pairar acima da sociedade, quando quem principalmente a dirige não recebe outra instrução senão a invenção de crimes ou a idiota rotina de infantis cerimoniais? Alguma vez serão sensatos, os homens? Alguma vez deixarão de esperar uvas de espinheiros ou figos de urtigas?

É impossível a qualquer homem, mesmo com o concurso das mais favoráveis circunstâncias, adquirir sabedoria e determinação mental suficientes para cumprir os deveres de um rei a quem se confie o poder sem controlo. Como não deverão então estes deveres ser violados, quando a própria elevação é em si obstáculo à conquista quer da sabedoria quer da virtude? Quando todos os sentimentos humanos são asfixiados pela lisonja, e o raciocínio banido pelo prazer? É claramente uma loucura tornar o destino de milhares de almas dependente dos caprichos de uma fraca criatura sua irmã, cujo estatuto a degrada necessariamente abaixo do mais baixo dos seus súbditos! Mas não se deve depor um poder para exaltar outro, pois o fraco deixa-se inebriar

por qualquer poder; e o seu abuso apenas prova que, quanto maior for a igualdade estabelecida entre os homens, mais virtude e felicidade reinarão na sociedade. Mas esta e qualquer outra máxima deduzida da simples razão produz um ultraje; a Igreja ou o Estado estão em perigo, se não for implícita a fé na sabedoria antiga. E quem, inspirado pela visão da calamidade humana, se atrever a atacar a autoridade humana é vilipendiado por desprezar a Deus e ser inimigo do homem. Trata-se de amargas calúnias, mas atingiram um dos melhores entre os homens<sup>13</sup>, cujas cinzas pregam ainda a paz e cuja memória merece reverente atenção, quando discutimos temas que lhe eram tão caros.

Tendo atacado a sagrada majestade dos reis, não excitarei a surpresa de quem me ler ao acrescentar a minha firme crença de que todas as profissões cujo poder assenta numa grande subordinação de fileiras são altamente injuriosas à moralidade.

Uma milícia, por exemplo, é incompatível com a liberdade, pois a subordinação e o rigor são os pilares em que assenta a disciplina militar, e é necessário o despotismo para dar vigor aos empreendimentos que são dirigidos por uma só vontade. Apenas alguns dos oficiais serão detentores de um espírito inspirado pelas românticas noções de honra ou do tipo de moralidade que tem por base a moda da época. A maior parte deste corpo será incentivada apenas por ordens, como as ondas do mar, pois o vento forte da autoridade impele a multidão de subalternos em diante com uma fúria precipitada, sem que saibam ou queiram saber a razão.

Além disso, nada é mais prejudicial à moral dos habitantes das aldeias rurais do que a residência ocasional de um grupo de jovens ociosos e superficiais, que não se ocupam senão da galantaria e cujos modos cortesios são ainda mais perigosos, pois ocultam a sua deformidade com um drapeado alegre e ornamental. Um certo ar de estar na moda (que não passa de um indício de escravidão e prova que a alma não tem um caráter individual forte) encanta as almas simples das gentes do campo, levando-as a imitar os vícios da cortesia, quando não conseguem captar as suas esquivas graças.



Cada corpo de combate é uma cadeia de déspotas que, exercendo a submissão e a tirania sem exercitar a razão, se tornam pesos mortos de vício e folia na comunidade. Um homem de meios ou de boa posição social, com a certeza de subir na vida por interesse, não pode senão seguir um qualquer excêntrico; ao passo que o *cavalheiro* que passa necessidades, que deve subir na vida, como se costuma dizer, pelos seus méritos, se torna um servil parasita ou um vil bajulador.

Aos marinheiros, que são os cavalheiros navais, o mesmo se aplica, mas os seus vícios são de uma natureza diferente, mais grosseira. São mais abertamente indolentes, quando não estão a cumprir os deveres do seu posto, ao passo que a insignificante agitação dos soldados pode ser considerada um ócio ativo. Encontrando-se mais confinados da companhia humana, os marinheiros adquirem um gosto pelo humor e pelas partidas maldosas, enquanto os soldados, que frequentam muitas vezes senhoras de bons modos, adquirem trejeitos sentimentais. Mas o uso da mente está sempre fora de questão, quer se entreguem a boçais gargalhadas ou a polidas afetações.

Peço licença para estender a comparação a uma profissão onde encontraremos certamente maior uso da mente, pois o clero tem mais oportunidades de se aperfeiçoar, embora a subordinação também deforme as suas faculdades. A submissão cega imposta ao culto religioso nas universidades serve de noviciado ao vigário, que deverá vir a respeitar com obséquio a opinião do seu pároco ou mecenas, se quiser avançar na sua profissão. Talvez não exista um contraste mais marcado do que aquele que observamos entre os modos servis de um pobre vigário e os jeitos aristocráticos de um bispo. E o respeito e o desprezo que inspiram faz que o cumprimento das suas diferentes funções seja igualmente inútil.

É da maior importância que observemos como o caráter de cada homem é, em maior ou menor grau, formado pela sua profissão. Um homem de bom senso pode ter um semblante impávido que se desvanece à medida que a sua individualidade se vai dando

a conhecer, enquanto o homem fraco e vulgar quase não tem caráter senão aquele que pertence ao corpo — ou pelo menos as suas opiniões têm estado de tal modo imersas na cuba da autoridade que o subtil vapor espirituoso que emana da sua própria vinha não se deixa distinguir.

À medida, portanto, que a sociedade se torna mais esclarecida, deve ter-se atenção para que se não formem grupos de homens fadados a tornar-se tolos ou viciosos pela constituição da sua profissão.

Na infância da sociedade, quando os homens estavam a dar os primeiros passos para fora da barbárie, os chefes e os padres, detendo o poder de espoletar a conduta, as esperanças e os temores selvagens, devem ter exercido um poder sem limites. A aristocracia é, evidentemente, a primeira forma de governo. Mas, perdendo os interesses opostos o seu equilíbrio mútuo, surgem da confusão de ambiciosas lutas uma monarquia e uma hierarquia, e a fundação de ambas é assegurada por mandatos feudais. Parece ser esta a origem dos poderes real e monástico, bem como a alvorada da própria civilização. Mas tais combustíveis não se deixam reprimir por muito tempo, e, encontrando expressão em guerras estrangeiras e insurreições internas, o povo adquire algum poder neste tumulto, o que obriga os seus governantes a disfarçar a sua opressão com uma aparência de justiça. Assim, enquanto a guerra, a agricultura, o comércio e a literatura expandem a mente, os déspotas veem-se compelidos a usar a corrupção disfarçada para manter o poder que outrora conquistaram pela força bruta<sup>14</sup>. E esta gangrena nefasta e velada espalha-se rapidamente através do luxo e da superstição, sedimentos claros da ambição. O fantoche indolente da corte começa por ser um monstro de luxo, ou um sensualista refinado, para depois fazer do contágio do seu estado antinatural o instrumento da tirania.

É esta púrpura pestilenta<sup>15</sup> que amaldiçoa o progresso da civilização e deturpa o entendimento, levando até os homens mais sensíveis a duvidar se a expansão do intelecto trará mais

felicidade ou desgraça. Mas a natureza deste veneno aponta o seu próprio antídoto; e se Rousseau tivesse subido mais um degrau apenas na sua investigação, ou se tivesse o seu olhar penetrado a nebulosa atmosfera em que quase desdenhou respirar, a sua mente ativa ter-se-ia arrojado a contemplar a perfeição do homem no estabelecimento da verdadeira civilização, em vez de fazer a sua indômita fuga de volta às trevas da ignorância sensual.

«Não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas.»

Em 1792, com a Revolução Francesa a incendiar o debate político de ambos os lados do canal da Mancha, Mary Wollstonecraft reage apaixonadamente a um relatório sobre educação pública onde o seu autor, o príncipe e diplomata Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, sugere que a educação das mulheres deveria ser feita nos limites da esfera doméstica, longe do espaço público, exclusivo dos homens. Argumentando que as mulheres são elementos essenciais para o progresso de qualquer sociedade e, por isso, merecedoras dos mesmos direitos fundamentais que os homens, Wollstonecraft lança, neste manifesto precursor da luta feminina, as bases para a crítica a um sistema que defendia e promovia a duplicidade de critérios.

O carácter revolucionário de *Uma Vindicação dos Direitos da Mulher* e a vida de quem o escreveu inspirariam os movimentos emancipatórios feministas e sufragistas dos séculos seguintes, com consequências reais para as vidas de mulheres em todo o mundo.

P E N G U I N



C L Á S S I C O S

Tradução de Joana Márkus Neves  
Introdução de Maria Clara Sottomayor



Manifestação sufragista,  
Londres (ilustração)  
in *Le Pèlerin*,  
17 de março de 1912

@ Leemage/Corbis via  
Getty Images



penguinlivros.pt



penguinlivros



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

ISBN 9789897847899



9 789897 847899 >